

evitar; conhecimento da situação de fato; inexistência do dever legal de enfrentar o perigo.

Diferentemente das outras excludentes de ilicitude, para configurar o estado de necessidade deve ser preenchido o requisito subjetivo “para salvar de perigo” (*caput* do artigo 24, CP).

Obrigatórias, então, as seguintes indagações:

- 1- **Com a encenação da vítima, a honra de [REDACTED] estava em situação de Perigo?** A resposta é, incontestadamente, **sim**.
- 2- **A honra em perigo era um direito próprio cujo sacrifício seria razoável exigir?** Absolutamente, **NÃO!** Isso porque o Código Penal, ao adotar a teoria unitária, aceita a justificativa de estado de necessidade ainda que haja colisão de bem jurídico de igual valor (DELMANTO, CELSO [et. al] apud JR, PAULO JOSÉ DA COSTA, 2016)<sup>10</sup>. A honra não é um bem jurídico inferior em relação à integridade física. Pelo contrário. Tendo sido ela abalada, não haverá conserto. No entanto, a integridade física, quando for o caso de vias de fato ou lesões leves, será restabelecida. Sendo assim, não seria razoável, diante desse caso concreto, o sacrifício a bem protegido do réu.
- 3- **Houve proporcionalidade nas ações do réu?** As provas colhidas nos autos, máxime o depoimento de [REDACTED] e o exame de corpo de delito, revelam que **SIM**. Como já dito, o réu tentou fazer com que a vítima parasse a simulação e esta, por sua vez, ~~desequilibrada mentalmente~~, tentando continuar com a cena. Ocorre que naquela situação acabou gerando pequenas escoriações, totalmente compatíveis, repete-se mais uma vez, com a descrição da dinâmica dos fatos feita por [REDACTED]

<sup>10</sup> Código Penal Comentado. – 9. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, p. 147.